

MEMORIAL DESCRITIVO - SERVIÇOS SEI Nº 26082848/2025 - SAMA.NAD.ACC

1-Objeto para a contratação:

Registro de Preços para contratação de empresa especializada na demolição completa de edificações diversas, com retirada do resíduo de construção e demolição (RCD) incluindo transporte até destinação final, para atender as demandas da Secretaria de Meio Ambiente.

2-Descrição dos Serviços:

2.1. NORMAS REGULAMENTADORAS

2.1.1. A CONTRATADA deverá seguir as determinações da **NR-35 Trabalho em altura**, quando aplicável, e **NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção**, especialmente no que tange a "Demolição", devendo:

2.1.1.1. Elaborar e implementar "Plano de Demolição", sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, contemplando os riscos ocupacionais potencialmente existentes em todas as etapas da demolição e as medidas de prevenção a serem adotadas para preservar a segurança e a saúde dos trabalhadores.

a) O Plano de Demolição deve considerar:

1) As linhas de fornecimento de energia elétrica, água, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas, canalizações de esgoto e de escoamento de água e outros;

2) As construções vizinhas à obra;

3) A remoção de materiais e entulhos;

4) As aberturas existentes no piso;

5) As áreas para a circulação de emergência;

6) A disposição dos materiais retirados;

7) A propagação e o controle de poeira;

8) O trânsito de veículos e pessoas.

2.1.2. - Além das normas supracitadas a CONTRATADA deverá observar as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, e outras regulamentações pertinentes ao serviço.

2.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.2.1. Definições - Demolição, retirada, deslocamento até a destinação final de resíduos de construção e demolição

a) Considera-se **demolição** todo ato de desfazer qualquer serviço existente e/ou de retirar materiais empregados na estrutura existente, resultando daí os **Resíduos de Construção e Demolição** (RCD) popularmente conhecido como entulho de obra, que deverão ser removidos conforme plano de demolição a ser realizado pela CONTRATADA;

b) Considera-se **retirada** do entulho os serviços de remoção das partes demolidas e colocação em veículos apropriados para posterior deslocamento;

c) Considera-se **deslocamento** a saída do caminhão com o entulho para os locais de destino e seu retorno para o local do prédio em demolição;

d) Considera-se **destinação final** a entrega do entulho para o aterro licenciado, definido pela CONTRATANTE, com a obtenção do certificado de destinação dos resíduos.

2.2.2. Procedimentos para execução

2.2.2.1. Serviços Preliminares

Antes do início dos serviços de demolição, a CONTRATADA deverá:

a) Elaborar um "Plano de Demolição" (a ser aprovado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato) das edificações a serem demolidas, inclusive com mapeamento de riscos e registros fotográficos. O Plano de Demolição deverá ser elaborado por profissional técnico habilitado, onde deverá ser considerado o exposto no **subitem 2.1.1.1, "a"**, assim como, os demais aspectos importantes para a execução do serviço, tais como:

- Os métodos utilizados na construção das edificações, as condições das edificações;

- **Laudo de vistoria de vizinhança** atestando as condições das construções vizinhas;
- Procedimento de demolição com o detalhamento da metodologia de execução, uso de máquinas e equipamentos, etc.
- Medidas de segurança do trabalho;
- Logística de transporte dos resíduos gerados;
- Previsão temporal de obstrução da via, caso necessário.
- Medidas mitigadora de riscos para os trabalhadores, as propriedades do entorno, inclusive para o trânsito local;
- Prazo limite para realizar o serviço.

b) Comunicar aos órgãos competentes (Departamento de Trânsito de Joinville - DETRANS e Secretaria de Infraestrutura Urbana) sobre o "Plano de Demolição" e transporte até a destinação dos entulhos.

c) Deverá ser apresentado a licença dos caminhões que farão o transporte.

d) Havendo a necessidade de interdição de vias e passeios, a CONTRATADA deverá seguir os procedimentos prescritos pela legislação municipal de Joinville, obtendo informações junto à SAMA e DETRANS, com no mínimo 48h de antecedência, na qual deverá ser informado, entre outros dados: endereço da obra/ interdição; data e horário da interdição; tipo de intervenção (interdição parcial, total, temporária). A CONTRATADA deverá também comunicar formalmente a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF), da Secretaria de Meio Ambiente sobre;

e) Ressalta-se que a sinalização do(s) local(is) será de responsabilidade da CONTRATADA, e também deverá seguir os padrões estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro (principalmente pelo art. 95 e Anexo II).

f) Registrar a ART/RRT dos serviços de demolição, transporte até a destinação de entulhos; o responsável técnico deverá comprovar seu vínculo profissional com a CONTRATADA, mediante a apresentação do contrato social, em se tratando de sócio da empresa; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no caso de empregado; ou, ainda, contrato particular de prestação de serviços;

g) Dispor de Seguro Garantia de Serviço (Risco de Engenharia) com **cobertura adicional para danos decorrentes de demolição**, que se estenderá para cobrir as perdas ou danos decorrentes de qualquer tipo de demolição, seja ela ocasionada dentro do local do risco, para desobstruir o andamento da obra, como ocasionadas nos bens do segurado pré-existent (propriedades circunvizinhas), a fim de promover a proteção de eventuais danos a terceiros durante a realização do serviço;

h) Certificar-se do desligamento das linhas de abastecimento de energia elétrica, água e gás, canalizações de esgoto e águas pluviais, além disso, verificar a existência ou não de instalações subterrâneas que possam causar instabilidade nos pisos quando do trânsito de máquinas e equipamentos pesados;

i) Providenciar o isolamento da área dos imóveis a ser demolida utilizando **tela plástica de sinalização** reutilizável (aplicável aos imóveis que não possuem o devido isolamento), evitando a presença de qualquer pessoa não autorizada na área onde se procede a demolição.

2.2.2.2. Serviço de Demolição de edificações e destinação de resíduos

a) Todos os imóveis deverão ser demolidos.

b) A demolição deverá começar pelo último pavimento (quando houver), não sendo iniciada a demolição do pavimento inferior sem a finalização do pavimento superior e removido todo o entulho, a menos que o Plano de Demolição entenda que outro método de execução da demolição seja mais eficiente e seguro;

c) Quando aplicável, A CONTRATADA deverá reduzir a altura da edificação através de metodologias e equipamentos que não causem danos e afetem os lotes vizinhos, assim como, o passeio e a via.

d) As demolições ou retiradas serão executadas de forma a não causarem danos a terceiros ou às estruturas que não sejam o objetivo do serviço.

e) A demolição mecânica será executada com os equipamentos indicados para cada caso, seguindo sempre as recomendações dos fabricantes dos equipamentos;

f) Não será permitido o uso de explosivos;

g) Não será permitido o uso de bola de demolição (bola rompedora);

h) As demolições realizadas em alvenarias solidárias a elementos estruturais deverão ser realizadas com extremo apuro técnico para se evitar danos que comprometam a sua estabilidade;

i) CONTRATADA deverá manter o local limpo e organizado, removendo todo o entulho periodicamente;

j) A CONTRATADA deverá respeitar as Leis Ambientais vigentes e garantir que não haja contaminação de rios e áreas de preservação;

k) A CONTRATADA deverá examinar prévia e periodicamente ao longo do processo de demolição as áreas vizinhas ao serviço de demolição, as quais devem ser inspecionadas no sentido de ser preservada sua estabilidade e a integridade física e material de terceiros;

l) O material de demolição depositado em piso não poderá exceder a capacidade de carga deste;

m) O armazenamento do material demolido/retirado não poderá obstruir o trânsito das pessoas ou veículos ou o escoamento natural das águas;

n) Os produtos de demolição não poderão ser encaminhados para a rede de drenagem urbana através de lavagem. O pó resultante do acúmulo do entulho deverá ser eliminado através da varrição e de umidificação;

o) Os materiais a serem demolidos ou removidos deverão ser previamente umedecidos, para reduzir a formação de poeira no momento do seu transporte. A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela Contratada, de acordo com as exigências da municipalidade.

p) A remoção deverá ser efetuada em veículos apropriados ao tipo e volume do material demolido. O material deverá ser devidamente **fragmentado/compactado** e a carga poderá ser efetuada manual ou mecanicamente;

q) A CONTRATADA deverá prever local e horário para entrada e saída de veículos, evitando transtorno nas vias de acesso, como trânsito e ruído. Também deverá prever local para carga e descarga de materiais, colocação de caçambas para retirada de entulhos, e espaço para estacionamento de veículos, evitando a ocupação de vias públicas;

r) Quando aplicável, a CONTRATADA deverá realizar a lavagem de rodas, evitando sujar os logradouros públicos, além disso, observar a capacidade de carga no veículo, evitando danificar a via;

s) A área deverá ser entregue limpa, nivelada e acessível para evitar riscos de acidentes;

t) A CONTRATADA deverá ter preposto no local da obra, devidamente habilitado para o acompanhamento técnico dos serviços de demolição. O preposto deverá ser empregado contratado da CONTRATADA;

u) A CONTRATADA deverá comprovar seu registro no órgão competente bem como o dos profissionais do seu quadro técnico, conforme consta na Lei N° 5.194/66, arts. 7°, 59, 60, 61 e 62 e Resoluções n° 336/89 e 417/98 do CONFEA.

2.2.2.3. Da destinação final

a) Todo material oriundo da demolição deverá ser deslocado do terreno e depositado em aterro específico para essa finalidade, indicado pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA comprovar o destino final do RCD proveniente da demolição contratada, com a apresentação do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e do Certificado de Destinação Final de Resíduos (CDF) devidamente preenchidos;

b) A Classificação dos resíduos da construção civil, conforme **Resolução do CONAMA n° 307/2002**:

- Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados;
- Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso;
- Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;
- Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

c) Os veículos que realizarem o transporte do entulho deverão ser licenciados no DETRANS, na SAMA (Secretaria do Meio Ambiente) ou no IMA/SC (Instituto do Meio Ambiente).

2.3 - Das edificações a serem demolidas

2.3.1 - As edificações a serem demolidas de modo geral são em concreto armado, alvenaria ou madeira, cobertura em laje, com telhado de telhas cerâmicas, metálicas e/ou fibrocimento. Entretanto, poderá haver estruturas mistas feitas parcialmente de alvenaria e madeira, com forro de madeira e cobertura de telhas cerâmicas, metálicas e/ou fibrocimento;

2.3.2 - A área total dos imóveis a ser demolidos corresponde a **20.000,00 m²** e estima-se que o volume de resíduos oriundos do processo de demolição corresponde a aproximadamente **40.000,00 m³**.

2.4 - Responsabilidade Técnica

O recolhimento das Anotações de Responsabilidade Técnica - ART ou Registros de Responsabilidade Técnica - RRT, junto ao CREA/SC ou CAU/SC, ficará a cargo da CONTRATADA.

2.5 - Administração

2.5.1 - A CONTRATADA deverá dispor de profissional técnico de engenharia e segurança do trabalho no local da obra, devidamente habilitado para o acompanhamento do processo de demolição que reportará à fiscalização o andamento dos serviços.

2.6 - Da natureza

2.6.1- Verificado o baixo grau de complexidade técnica que o objeto da contratação do processo em tela exige, assim como por tratar-se de serviço de engenharia que prevê a aplicação de ferramentas, maquinário e técnicas usuais de mercado, dentre outras características, trata-se de uma contratação **comum de engenharia**.

2.7 - Levantamento Prévio

2.7.1 - A CONTRATADA deverá apresentar, levantamento prévio dos itens que irão compor cada demolição, ficará condicionado aprovação da CONTRATANTE.

2.7.2 - A planilha de levantamento prévio dos itens deverá conter, para cada pedido de demolição: descrição do item, quantidade utilizada, valor unitário, total do serviço e endereço da localização da demolição.

2.7.3 - A CONTRATANTE, poderá, sem ônus, recusar, aceitar ou solicitar uma reavaliação do levantamento proposto.

3-Equipe Mínima:

3.1 - A contratada deverá ter equipe suficiente para atender o objeto desta contratação.

3.2 - Deverá a CONTRATADA dispor de pelo menos um profissional com a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT);

3.3 - Em sua equipe mínima deverá conter no mínimo:

- 01 (um) Engenheiro Civil;

- 01 (um) Técnico em Segurança no Trabalho.

4-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

4.1 - Frequência: conforme necessidade da CONTRATANTE.

4.2 - Periodicidade: ao longo da execução do Contrato.

4.3 - Os serviços poderão ser executados de segunda à sexta-feira, das 07:01 às 18:59 horas e aos sábados, das 09:01 às 18:00 horas.

4.3.1 - De acordo com o Código de Posturas (Lei Complementar nº 84/2000), não são permitidos serviços de construção civil aos domingos e feriados.

5-Cronograma de execução dos serviços:

5.1 - Do Prazo Contratual

a) A presente contratação será um serviço não contínuo, o prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, não prorrogável.

b) A execução contratual será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço.

b.1) O prazo para execução dos serviços será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de cada solicitação;

5.2 - Da Ata de Registro de Preços

5.2.1 Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos moldes do art. 84 da Lei 14.133/2021, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

5.3 - Disposições Gerais

5.3.1 - Antes do início dos serviços, proceder a um detalhado exame e levantamento da edificação, inclusive com mapeamento de riscos e registros fotográficos dos imóveis confrontantes, que deverão ser encaminhados para a CONTRATANTE. Na elaboração do exame, deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos utilizados na construção das edificações, as condições das construções, as condições das construções vizinhas, e a existência de INTERFERÊNCIAS entre elas.

5.3.2 - Promover a execução de serviço de demolição em consonância com as especificações previstas na normatização de segurança NR-18 e demais normas e práticas complementares.

5.3.3 - Promover o DESLIGAMENTO das linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás, bem como as canalizações de esgoto e águas pluviais, respeitando as normas e determinações das empresas concessionárias de serviços públicos.

5.3.4 - Adotar as necessárias precauções, se existirem instalações elétricas e pára-raios nas proximidades.

5.3.5 - Providenciar o isolamento e instalação de placas e sinalização proibindo a presença de qualquer pessoa não autorizada na área onde se procede a demolição.

5.3.6 - Caso necessário, promover a interdição parcial da via pública com isolamento da área frontal e projeções.

5.3.7 - Em caso de necessidade, providenciar a desocupação dos imóveis vizinhos durante a execução dos serviços, com solicitação da participação da Defesa Civil caso seja necessário remover previamente pessoas no entorno.

5.4 - Etapas de desmonte e retirada dos entulhos

5.4.1 - Os serviços de demolição deverão ser iniciados pelas partes superiores da edificação. Deve-se em situação apropriada o emprego de calhas, ou equipamentos elevatórios para a retirada da estrutura, evitando o lançamento do produto em queda livre. Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para os locais com destinação final ambientalmente adequada.

5.4.2 - Caberá à CONTRATADA examinar prévia e periodicamente ao longo do processo de demolição as construções vizinhas ao serviço de demolição, as quais devem ser inspecionadas no sentido de ser preservada sua estabilidade e a integridade física e material de terceiros.

5.4.3 - A demolição manual será executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais.

5.4.4 - O início da demolição se dará preferencialmente de forma manual, devendo ser primeiramente retirados os elementos de esquadrias, equipamentos fixos, as bancadas e os elementos frágeis como janelas, portas com painéis de vidro, louças, instalações, etc. Posteriormente, deverá ser iniciado a retirada da alvenaria convencional, estrutura metálica e/ou estrutura de madeira e somente ao final as estruturas deverão ser atacadas.

5.4.5 - A demolição mecânica será executada com os equipamentos indicados para cada caso, seguindo sempre as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

5.4.6 - As demolições realizadas em alvenarias solidárias a elementos estruturais deverão ser realizadas com extremo apuro técnico para se evitar danos que comprometam a sua estabilidade.

5.4.7 - A CONTRATADA deverá dispor de caminhão para transporte.

5.4.8 - A CONTRATADA deverá providenciar a imediata limpeza posterior do terreno com transporte adequado dos entulhos resultantes ao aterro de materiais de construção civil, indicado pela CONTRATANTE, conforme diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidas na legislação vigente.

5.4.9 - Caso necessário retiradas de calçadas e arruamento deverá a CONTRATADA realizar a reposição de terra com o espalhamento, nivelamento e compactação do terreno em toda a sua área.

6-Local de execução dos serviços:

6.1 - Os serviços deverão ser prestados em imóveis indicados pela CONTRATANTE, conforme demanda das sentenças judiciais a serem cumpridas, no Município de Joinville - SC.

7-Gestor do Contrato:

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Meio Ambiente, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

7.2 - A ordenadora da despesa será a Secretaria da Fazenda.

8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 - Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa; todos os Equipamentos de Proteção Individual necessário e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas do serviço, conforme previsto na **NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do trabalho**, bem como nos demais dispositivos de segurança e legislação vigentes.

8.2 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados.

8.3 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço.

8.4 - A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços.

8.5 - Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários.

8.6 - Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até o local da demolição, além de manter limpos os locais onde atuar.

8.7 - A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 07 (sete) dias úteis, após notificada, o(s) serviço(s) que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Memorial Descritivo ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o presente Memorial Descritivo, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE.

8.7.1 - Caso a CONTRATANTE constate qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

8.8 Deixar livre de restos/entulhos os locais ao final da execução dos serviços.

8.9 - A CONTRATADA deverá isolar as áreas onde serão realizados os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas não autorizadas.

8.10 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço.

8.11 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

8.12 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

8.13 - Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, para a emissão da Ordem de Serviço.

8.14 - Apresentar Seguro Garantia de Serviço (Risco de Engenharia) com **cobertura adicional para danos decorrentes de demolição**, no prazo de 10 (dez) dias úteis após solicitação da CONTRATANTE, que posteriormente emitirá a Ordem de Serviço para a CONTRATADA, a apólice deverá observar o disposto no item 2.2.2.1 alínea "g" do Memorial Descritivo.

8.15 - Ainda de acordo com a **Circular CGM.GAB 0024547534**:

8.15.1 - A CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.

8.15.2 - Quando aplicável, a CONTRATADA deverá apresentar, no máximo até o 10º (décimo) dia após o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão unilateral do contrato administrativo:

- a) Relação de colaboradores envolvidos diretamente no serviço/obra com as suas respectivas funções, acompanhada das cópias dos contratos de trabalho em CTPS;
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) vigentes e específicos para as atividades objeto do contrato;
- c) Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores, demonstrando a realização de exame médico admissional, periódico ou demissional, dependendo da situação, conforme exigido pela legislação e previsto no PCMSO, e informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura e/ou aptidão para trabalho em ambientes confinados, em sendo o caso;
- d) Comprovante de realização de treinamento específico para a função, quando exigido pela legislação e previsto no PGR;
- e) Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objeto do respectivo serviço/obra;
- f) Cópias dos recibos de fornecimento dos equipamentos de proteção individual a todos os empregados, quando exigido pela legislação e previsto no PGR e especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA);
- g) Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o laudo;
- h) Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- i) Constituição da CIPA e relação dos profissionais designados, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 05, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- j) Exame admissional;
- k) Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;
- l) Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;
- m) Anotação de responsabilidade técnica do profissional (ART) que acompanhar(á) a execução da obra/serviço. Na hipótese em que a ART seja condição para assinatura da Ordem de Serviço, deverá ser apresentada previamente, nos termos do art. 176 § 1º, da Instrução Normativa nº 03/2024.

9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Contrato.

9.2 - Notificar a empresa CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada.

9.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessários a execução do Contrato.

9.4 - Emitir Recibo Definitivo de Serviço de Engenharia, quando verificada a adequada execução do objeto nos termos do presente Memorial Descritivo.

9.5 - Atestar que as notas fiscais estejam em conformidade com este Memorial Descritivo, e encaminhá-las para pagamento.

9.6 - Fiscalizar, efetiva e periodicamente, o cumprimento de todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho, documentando os respectivos atos de fiscalização.

9.7 - Designar pelo menos 1 (um) fiscal do contrato, com formação ou qualificação que englobe, especificamente, conhecimentos acerca da análise e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas,

previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

9.8 - Documentar, por intermédio do fiscal ou fiscais do contrato, mensalmente e especificamente, todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

9.9 - Instaurar processo administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas contratualmente, acaso constatado o inadimplemento ou atraso de qualquer obrigação trabalhista e previdenciária em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, devendo ainda proceder, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, à comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

10-Condições Gerais (se houver):

10.1 - Modelo de execução

Define-se aqui, em linhas gerais, a dinâmica do objeto da presente contratação, conforme segue:

10.1.1 - As condicionantes, procedimentos, detalhes dos serviços a serem prestados, bem como rotinas de execução deverão ser realizadas conforme o previsto nos **itens 2** do presente Memorial Descritivo;

10.1.2 - Prazos e cronograma, conforme o previsto no **item 4 e 5** deste Memorial Descritivo;

10.1.3 - Local de execução, de acordo com o previsto no **item 6** do presente Memorial Descritivo;

10.1.4 - Obrigações das partes, de acordo com previsto nos **itens 8 e 9** deste Memorial Descritivo.

10.2 - Modelo de gestão

Define-se aqui, em linhas gerais, como será a gestão do objeto da contratação:

10.2.1 - Quanto aos atores que participarão das atividades de acompanhamento e fiscalização, esta estará sob a gestão da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) do Contrato/Ata, conforme **Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento.

10.2.2 - Define-se como forma de comunicação com a CONTRATADA a formal, nos termos do **art. 181**, da **Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento.

10.2.3 - Critérios de medição e pagamento, bem como, com relação ao método de avaliação da conformidade, que será realizado através do procedimento do recebimento (provisório/definitivo) conforme **subitem 10.3**, abaixo, do Memorial Descritivo.

10.2.4 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo, (ou) parcialmente de acordo com a(s) medição(ões).

10.2.5 - Caberá durante a contratação, à CAF a verificação do cumprimento por parte CONTRATADA em manter todas as condições contratuais.

10.2.6 - Quanto as sanções (bem como sua aplicação), estas estão dispostas no **subitem 10.13** do presente Memorial Descritivo.

10.2.7 - Quanto a garantia, encontra-se disposta no **subitem 10.5**.

10.3 - Critério de medição e pagamento

10.3.1 - Critérios de medição

10.3.1.1 - Medições serão mensais, através de recebimento provisório e definitivo, que se dará nas seguintes condições:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do relatório medição mensal à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF do contrato;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados após o recebimento provisório, mediante a vistoria da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF na(s) área(s) onde ocorreu a prestação do serviço indicado no relatório de medição, o qual será emitido termo de recebimento pela CAF.

b.1) Cumprimento do Plano de Demolição;

b.2) Deverá acontecer a completa retirada de máquinas e equipamentos, bem como a constatação de que foram removidos todo e qualquer resíduo ou sobra de material do local da execução dos serviços.

b.3) O recebimento definitivo ocorrerá somente se o(s) serviço(s) estiver(em) em conformidade com as especificações e demais condições dispostas no Memorial Descritivo.

b.4) Adicionalmente, conforme orientação da CAF, poderá ser solicitado um relatório contendo os dados referentes aos resíduos transportados, para conferência e fiscalização.

10.3.1.2 - Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) realizado(s) não corresponde(m) ao exigido no presente Memorial Descritivo, ou em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo estipulado no **subitem 8.7**, o(s) ajustes(s)/refazer o(s) serviço(s) visando ao atendimento total das especificações, conforme **item 2**, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90)

10.3.2 - Pagamento

a) O pagamento será mensal conforme as medições do(s) serviço(s) prestado(s)/realizado(s), após o recebimento provisório e definitivo;

a.1) O pagamento se dará de forma parcial ou total, após apuração e recebimento definitivo da efetiva quantidade de serviço(s) realizado(s);

a.2) O valor será pago por conforme as medições mensais realizadas de acordo com os prazos propostos, e após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Memorial Descritivo e demais condições.

b) Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2021.

c) O recebimento provisório ou definitivo do(s) serviço(s) não exclui (em) a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

10.4 - Formas e critérios de seleção do fornecedor

10.4.1 - A forma de seleção do fornecedor será por processo licitatório, cujo critério de julgamento será o de **maior desconto**.

10.4.2 - Não **se vê como vantajoso para a Administração Pública a divisibilidade do serviço em questão quanto ao tratamento favorecido, diferenciado paras as microempresas e empresas de pequeno porte previsto no Decreto Federal nº 8.538/2015**, tendo em vista que se tratará de serviços cujo parcelamento resultaria em diferentes fornecedores, não se tendo um melhor aproveitamento de mercado, bem como haverá perda/desinteresse do mercado;

10.4.3 - Desta forma o ideal é se realizar uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único proponente.

10.4.4 - Do regime de execução: **regime de execução indireta de empreitada por preço unitário**.

10.4.5 - Quanto a critérios de habilitação:

10.4.5.1 - A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

I) Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja, execução de demolição de edificações.

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

II) Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação, que corresponda a 10% (dez por cento) do total a ser executado, ou seja, execução de demolição de edificações:

a) **2.000,00 m² ou 4.000,00 m³** de Execução de Demolição de Edificações.

b) Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido, visto que grande parte das demandas de sentenças judiciais de demolição são de obras com área/volume menores do que o exigido acima.

c) Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

III) Se o proponente for Pessoa Jurídica, quanto a situação financeira:

a) Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurado por fórmula (a ser disposta no Edital), cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa;

b) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do item/lote/global, conforme critério de julgamento do Edital.

c) Demais critérios conforme já praticados pela Administração Pública municipal em Editais.

10.5 - Das garantias

10.5.1 - A CONTRATADA deverá oferecer garantia pelo prazo da lei civil, ou seja, de, no mínimo, **5 (cinco) anos** no que se refere à qualidade e segurança, especialmente referente aos prédios vizinhos que possam sofrer a interferência dos serviços de demolição.

10.5.1.1 - O prazo será contado a partir da data da assinatura de cada Termo de Recebimento Definitivo.

10.5.3 - A CONTRATADA deverá apresentar Seguro Garantia de Serviço (Risco de Engenharia) com **cobertura adicional para danos decorrentes de demolição**, conforme item 2.2.2.1. alínea "g" do Memorial Descritivo.

10.5.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com previsto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

10.6 - Padrões mínimos de qualidade/desempenho

10.6.1 - Os serviços serão realizados em rigorosa observância do Memorial Descritivo e demais especificações, bem como, nas normas das concessionárias de serviços públicos e ABNT referentes aos serviços;

10.6.2 - Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido ainda o previsto no(s) **item 2 (e em especial, subitens 2.2.2.1, "c", "f", "g"), item 3, 4, 5, 6 e 8** do Memorial Descritivo.

10.7 - Critérios e práticas de sustentabilidade

10.7.1 - A fim de minimizar os impactos ambientais oriundos do processo de demolição e atender as exigências da **Resolução nº 307/02 do CONAMA**, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil, será de responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambiental adequada dos resíduos;
- c) Atender ao disposto no **subitem 2.2.2.3**.

10.8 - Da adequação/disponibilidade orçamentária

10.8.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria;

10.8.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação. Estes estarão devidamente discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo e estarão disposto posteriormente no Edital ou documento equivalente.

10.8.3 - Informamos que o crédito orçamentário, prevista no Plano Plurianual - PPA, a contratação está prevista no Plano Plurianual - PPA, processo SEI 0010300529 e 0010277280, em observância à exigência legal do Art. 105 da Lei 14.133/2021, contempladas nas metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA)

10.8.4 - Sendo que para a presente contratação estão previstos as seguintes fontes de recursos:

Despesa	Fonte de Recurso
977/2025 - 0 . 5001 . 28 . 846 . 8 . 0.3015 . 0 . 339000 - Aplicações Diretas	100

10.9 - Do valor estimado da contratação

10.9.1 - O valor estimado da contratação encontra-se previsto no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras;

10.9.2 - Para a presente contratação, há como valor estimado a importância de R\$ 6.002.687,00 (seis milhões, dois mil seiscentos e oitenta e sete reais), conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras.

10.9.3 - Na data de 16/05/2025, foi consolidada a Planilha Orçamentária o valor estimado da contratação.

10.10 - Da melhor solução encontrada

10.10.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a **contratação de empresa especializada na demolição completa de edificações diversas, com retirada dos resíduos, transporte até a destinação final, em aterro licenciado específico para esse fim, indicado pela CONTRATADA, para atender a demanda da Secretaria de Meio Ambiente.**

10.11 - Fundamentação da contratação

10.11.1 - A presente contratação possui como fundamentação o Estudo Técnico Preliminar
Memorial Descritivo - Serviços 26082848 SEI 24.0.104667-9 / pg. 9

correspondente, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

10.12 - Subcontratação

10.12.1 - É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30 % (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

10.12.1.1 - É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

10.12.1.2 - Poderão ser subcontratados a locação de equipamentos auxiliares de pequeno porte (ex: rompedores, compactadores) e o transporte até a destinação final dos resíduos;

10.12.2 - A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

10.12.3 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.13 - Das sanções

10.13.1 - No caso da presente contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital (ou documento equivalente) e Termo de Contrato (ou documento equivalente).

10.14 - Do Consórcio

10.14.1 - Não se vislumbra impedimento quanto a participação de empresas em consórcio para a presente contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Matiuzzi, Diretor (a) Executivo (a)**, em 11/07/2025, às 12:49, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Benthien, Servidor(a) Público(a)**, em 11/07/2025, às 14:28, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 11/07/2025, às 17:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Sabrina Leal Francisco, Gerente**, em 14/07/2025, às 10:59, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **26082848** e o código CRC **AE0DEA67**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br